1863 — Fl. 1

Juizo de Orphãos da Cidade de Sitio Capital da Provincia de Santa Catharina — — —

Justificação para nomeação de curadoria —

Joaquina Rosa Supplicante &c. —

Por seo Procurador Abaixo — e Manuel Antonio de Souza Supplo

Saibam

Anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e sessenta e tres aos Dez dias do mez de Março nesta Cidade do Desterro em meo cartorio Juiz, ahi mandou tomar auctos a petição e replica, do Supplicantes, e o alvará de nomeação que tudo ao diante se Dá 3 vias

gue, reza auctos faz adiante se segue. Recebal Pedro Alves nomeado de Orphãos o mesmo.

Illm.o Sñr Juiz Municipal e Orfaõs.

Diz em João Fran.co de Oliv.a porti, e Manoel Antonio de Mendo P.e cabeça de sua m.r, f.o legitimo de Joaquina Rufina, viuva que ficou P. falecim.to de Patricio Joag.m Fran.co, pae e Sogro dos Supp.es, moradora na Freg.a de S.m João Baptista do R.o Verm.o; que possuindo a ditta Sua Mãe e Sogra 5 escravos, um braço e 4 fundas, tenciona e está deliberada a pedidos e Conselhos dos ditos escravos e de outras pessoas a libertar os ditos 5 escravos; tendo p.a isso mandado já chamar o Escrivão do Juiz de Paz á sua Casa, e falado a duas pessoas para assignarem as Cartas Como testem.as; Com as quaes liberdades vae prejudicar as legitimas dos Supp.es e mais herd.os f.os e netos que tem, sendo estes (os netos) ainda menores, em m.to mais de metade, pois o que possue, alem dos escravos, é a Casa de Sua vivenda, que foi avaliada em 40$000 rs.; 23½ braças de terras que forão avaliadas em 117$500; 5 bb. ditas avaliadas em 40$000 rs., e 10$000 rs. num Cmg.o de fazer far.a, que tudo em porta em 207$500; as passo que os Escravos, isto é, 4 forão avaliados em 4:300$000 rs., sendo o 5.o uma rezinnacida que terá 8 ou 9 mezes, e valerá 200$000 rs.; estan illudida e mal aconselhada está, ou P.e sua avansada idade tal vez de mais de 80 annos, que não q.r desistir de sua pretenção apezar dos Supp.es lho haverem pedido; P.r isso vem os Supp.es implorar a V.S.a haja de acautelar o prejuizo dos Supp.es e mais herd.os na forma que determina a ord.o do L.o 4.o tit.o 107, mandando notificar a presente petição, e marcando dia, hora, e logar, para os Supp.es apresentarem as testem.as Com que pretendem provar o allegado, e que provado haja V.S.a de nomear Curador á 2.a Mãe e Sogra dos Supp.es para Curar de Sua pessoa e bens, tirando Inventario dos m.os a fim de que não os possa alhear e assim prejudicar a seos herd.os

P.

P. P. a V. S.ª Thendefira no
A. Comarca Rigueira que
Datum 9 de Março
de 1863
Conceição

R. R. M.ce

Arag.o dot.e Supp.e y E.
não. saber escrever.

Leuterio Fran.co de Sá
a Rogo de Antonio de Aguiar

Illm.o Sr. Juiz

Sendo necessario ser citada a Supp.e da mãe
e bo graden Supp.e, p.a vir juramentar as testemunhas
q.e os Supp.es pertendem dar, e justificar o allegado
na audiencia passada, requeremos
V. S.ª mande q.e isto se faça necessaria
mente, e q.e com ella se haja muito p.r
Carta p.r Audiencia, Hora, ou q.e for
de seu agrado, visto acharem-se os juramentos
em dilação testemunhas

P. a V. S.ª thendefira,

Consta a certidão junta,
o mais como Requer.
Datum 9 de Março de 1863

Conceição

Arag.o a Rogo
Leuterio F.co de Sá

Mano el Ant.o de Aguiar

O Cidadão Estanislau Antonio da Conceição Juiz de Paz Segundo Suplente em exercício nesta Cidade do Desterro Capital da Provincia de Santa Catharina e seu termo na forma da Lei

Faço saber que perante mim se acha Francisco de Oliveira e Manoel Antonio de Medeiros, filho e genro de Joaquina Rosa, e por elle me foi requerido dizendo que tinha tratado a dita Rosa, em qualquer quer casar que pretendessem para o que queria saber se a casamento havia impedimento. — Cidade do Desterro 10 de Março de 1863. Eu Estanislau Pedro Mendes escrevi e assignei. Conceição

f. 3 v.
2. 2
500. 2

1

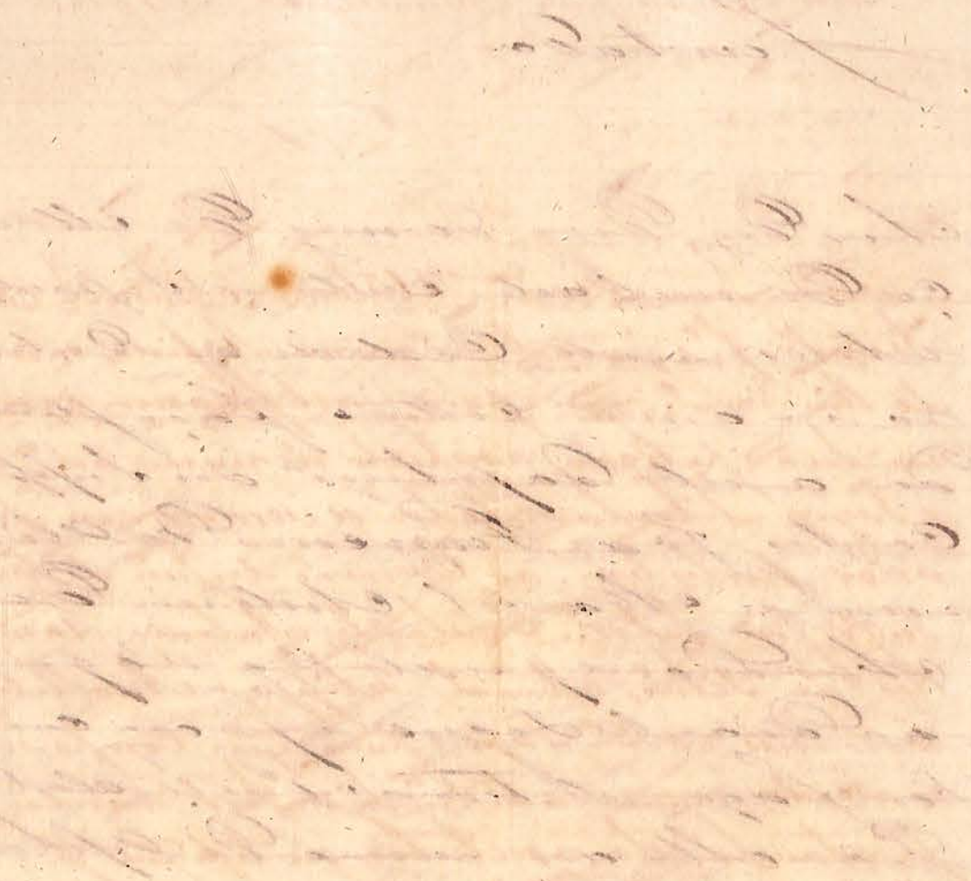
N. 10 2 p.
P. Paz
Desterro 10 de Março de 63
Sem

Custodio Fernandes Pereira, Escrivão do Juizo Ordinario, e Orfãos nesta Villa de Santa Anna do Parnahyba, e seu Termo por Sua Magestade Fidelissima que Deus Guarde &c. Faço saber aos que este meu Mandado de Citação virem, que perante mim compareceo Joaquim Rosa Pinto, e me requereo, que em virtude do Despacho, que abaixo vai escrito, citasse a Manoel Antonio de Araujo, para no termo de dez dias, que lhe assigno, vir ver fazer Inventario, e Partilha dos bens, que ficarão por fallecimento de Dona Maria Joaquina de Jesus, mulher que foi do dito Manoel Antonio de Araujo, e filha do Supplicante, e para que chegue a sua noticia, mandei passar o presente, que vai por mim assignado, e sellado com o Sello das Justificações. Parnahyba dez de Março de 1803.

Vidal Pedro de Magalhães

Juntada

Aos Dez Dias do mez de Março de mil oito centos e vinte e tres nesta Cidade do Desterro em Casas de Audiencia do Juizo de Direito Da Comarca perante o Doutor Juiz de Direito Joaquim Francisco Vieira Bandeira e Escrivão do seu Cargo abaixo assignado compareceo o Capitão Manoel Antonio de Azevedo, a qual lhe requereo o Juiz lhe mandasse passar Carta de Seguro para Seguro de sua Pessoa athe Termo. E visto pelo Juiz mandou se passasse como requer. E eu Escrivão o escrevi



Illm.º Sñr.º Juiz Municipal e Orfãos

Dizem João Franco.º d'Oliv.ª e Manoel Antonio de Azevedo, S.º e genro de Joaquina Rufina, moradora na Frg.ª do Rio Verm.º que para justificarem o que alegarão em sua petição ao respeito de querer a d.ª Sua Mãe e Sogra libertar todos os escravos que possue, tem a dar por testem.as ao Escrivão do Juiz de Paz da quela Frg.ª Joz Silv.º Constante, Antonio Ramos Junior, Lazidião Silv.º, Manoel Felippe, e Anacleto Joz Valente, moradores na m.ma Frg.ª e para que Comparecão no dia for marcado; requer a V. S.ª haja Sñr.º mandar que o Escr.ª juntando esta aos autos notifique P. Carta as ditas testem.as para Comparecerem neste Juizo no dia, hora, e logar, que for marcado, P.ª darem seos depoimentos a respeito.

Como pedem.
Dutemp.to de Março
de 1863

Conceição

P. P.ª a V. S.ª lhes defira,
no que

R. M.ce

Arrogo de 1.º Sup.te
Antonio Franco d'Oli.ª
Manoel Antonio de Azevedo

Certifico [illegible] Que o supplicante abaixo assignado que pelo contheudo do seu requerimento retro me tem imposto por certo a José Silverio Cavalcante, Antonio Ramos Jaguaribe Costa de Silveira, Manuel Felippe e Anadeto Jose Cavalcante pelo todo o contheudo do seu citado requerimento retro. Datum 10 de Março de 1863

Vidal Ribeiro de Magalhães

Passou-se o presente a cima referido

Vidal

Nº 16 200

Cf. Inscripção nesta Repartição 1º de Março de 1863

Lopes Neves

Aos Quinze Dias do mez de Março
de mil oito centos e Sessenta e tres
nesta Cidade da Victoria Capital
da Provincia do Espirito Santo em
casa das audiencias aonde
foi vindo o Juiz de Orfãos Dr. Jose
Pinto Nogueira Accioly comigo
Escrivão de seu cargo abaixo
nomeado foi vindo por elle Juiz
Deferindo-se as testemunhas da
presente justificação, e pedindo o
Dr. Juiz ao Illustrissimo Francisco de
Paula Pinto Cardoso Juiz Municipal
Interino desta Cidade que
assistisse a este acto e o
mandasse, e sendo presente
este lhe foi deferido. E
logo pelo Dr. Juiz foi dito
aos Artistas

Primeira Testemunha

José Silvestre Cardoso, de idade
de Sessenta e quatro annos

de quarenta e quatro annos casado
natural desta Provincia residente
te da Freguezia do Rio vermelho
que vendo Sr Juiz mandar comme
migo do Subdelegado e Juiz de Paz
desta Freguezia dos costumes
me disse nada tenho contra
ninguem e so Santa Evangelho
em seu resumbro deste seguinte
pois a tudo mais Rinitar, e tudo
ingenuidade pelo Costume da
profissão de fallar Verdade ---
Disse Disse que conhecia a vinte seis
annos Rosina moradora nesta
freguezia do Rio vermelho notoria
Commungada, e por isso
sabe que ella é Solteira Mulher
tendo dado cinco filhos que
ella tapuia os cinco nascidos
que hoje mancha a pretenção, os
quaes ella os pretende empatar
Sua liberdade porque homem
te estando Rio desta comarca
mais e tropa dos supplicantes
mandou em chamar a elle
testemunha para ir a duas ca
sas fazer auto de liberdade
a uma preta Rosina escrava
desta, querendo ella testemunha ir
com os mesmos Juizes para
Juiz que foi chamada e em

a encontrara minha Cara vizinha
ata é em casa do Alexandre foi
Rodrigues a hi perguntar a sua
mai vinda a ella tentando ha
não tinha recebido cem outros re
cados, Dizendo lhe que naquella
hora Disse que lhe mandara dizer
que não fosse ainda porque
tinha cinco pessoas cada Deliber
Adas a todos os seus cargos não
estavão pois ispo promptos para
quella, por isso e por que ella ta
Tarantha tinha tambem Cada
somente Duas folhas de papel
soffrido que não pode passar
uma carta de Liberdade, pedio
lhe visto a respeita viesse que
em outro qual quer Dia não de
Cartorio passasse a carta de Liber
Dade a todos os seus cinco es
cravos, dando a ella Testemu
nha os mesmos Dellos, e lhe pe
diu que assignasse as Ditas
cartas a rogo, Logo lhe
mostrou ella tabeliã que ella á
Dita escrivão fallasse Duas pes
soas para irem ao seu cartor
rio assignarem as Ditas cartas
com Testemunha ao que annue
indo ella minha filha Dr. falta
a duas pessoas para Dito fim
para com a Dita mandou ao

mai apparecerá no seu cartório as
Autos testemunhas não passará por
isso ainda as ifferidas custas;
O dispendimento a testemunha
que alem do primeiro suppliante
da mulher do segundo tem adop
tividade nata de uma filha fal
lecido de uma filha solteira egua
mente aos mais bem quaes
uma pobre alem Deitara com
este direito ela igual. afim
Com egual mente Dispes bem,
e mais não Disse mim thuja
pergunta, lidos a tem Depois
mente e achando-o Conforme as
Lipara e assignam a testemunha
e juiz. ao primeiro Conjuntipa
cante. Em Mutual Pernambuco
vinte gen e cinco

Concluso

José Silveira Contante

Ventura Tomás de Sá

Segunda Testemunha

Antonio Alencar Ramos Da
de tinta e tres annos, casado
natural Deste Termo, e mora
dor no Engenho do Rio Ver
melho, testemunha Deferido
Jurou e Deu costumes. Disse

Depois Reduto testemunho jurado
aos Santos Evangelhos em um livro
delles em que pôz a sua mão
direita e tudo lhe foi lido pelo
entendo Deputado Secretario
deste = Disse que conhece a ora
autora Joaquina Rosa Vianna Disse
pela dar justificantes, que é mu-
lher do autor Antonio de Sá Barreto
no lugar da Irmandade Capuava,
aqual principiou Vivendo a
que parece acima annos pou-
mais ou menos, tem como sabe
por conhecer que ella depois
disse casou com Lido quatro
Filhos, chum macho incluso
recem nascida, os quaes elle testemunha
sabe que ella os tem sido bons
por ter sabido e elle testemu-
nha para isso ao costume Do
Direito Do juiz Do Por Aquella
Freguezia aforquem com testemu-
nhas Ditas cartas, Disse Do
a elle testemunha que queria
lista todos os seus escravos e
que já hauia feito de cuja
não passou as cartas, e que
para este fim elle Ditto juiz
mandou chamar a elle testes-
temunha, a fim de cumprir
o seu acordo Disse Do Juiz elle

elle testemunha que lhe parecia
que ella não podia passar todos
os dous annos em casa de seus
filhos varios, e que somente podia
fazer isso que costumava fazer
e ella testemunha sabia que os
seus filhos varios já lhe haviam dado
o que lhes pertencia por
morte de seu marido, e que do
que era seu ella podia fazer
o que quizesse, porem que elle
testemunha não sabia os costumes
do annos a respeito das cartas
de liberdade por isso lhe não pode
dizer que tem ouvido
dizer que a mãi estava da
justificante alem dos annos
e que o tratado somente falla
a cada uma das cartas
nos que faz menção a pessoa
cas, e por isso elle testemu-
nha não lhe deduzir outros
bens, e nada mais disse por
não saber, e lido o seu depoi-
imento achou conforme o
ratificou e assignou e eu
elle testemunha sim provado
por justificante de liberdade
em duas vias que o seu

Conclusão

Antonio Rog.ro Nunes da
Cunha Juiz de Dir.

Termo Testamento

Manoel Felipe Nunes de Idade
de quinta Dois annos, natural da
Parnaiba e residente no Brejo
gio do Rio Comprido, casado
com Dezembargador Doroteo
Tenorio Disse q tinha testamento
feito e aprovado pelo Tabellião
e Testemunhas q se acha em poder
do Reverendo padre Antonio
Disse que confirmava o mesmo testamento Disse
assim como Joaquina Rosa mulher
que foi do Tabellião Joaquim Fran
cisco por ter ella hum seu filho
menor q ficou por herdeiro
mesmo dahi que elle testador tem
filhos vivos a saber o primeiro
Supplicante Joaquim Francisco de
Oliveira, a mulher do segundo
Supplicante Manoel Antonio
de Oliveira e uma filha solteira
e menor Roseira Rita Felix
Dia e que possue tanto os
cinco vivos a cada hum
valor de Duzentos mil reis
nos seguintes ó angulo que
Declara assim pertencer e que
assim Disse que assim testamento

mesmo tempo amigavel que ella
fazem com as duas filhas segunda
Dé Duarte foi a dita casa,
a cuja diligencia as ditas acha-
hadas foi logo participado na
Sala de Dita petição, á qual a ditta
de que a dita Dita viúva fazia
grande Referia pretendia fazer
os ditos Cinco escravos porque
até lá tem ainda Dizer a suas
pessoas como ella mesmo ditta
era em razão de apartida de
justificante para Comarca de
Alcantara tendo ella testemunha Dita
a cuja da dita Dita viúva
Dizendo lhe que ella não fazia
bem em separar os ditos Cinco
escravos porque assim lhes
Dizendo os seus filhos menores
em Arrecadação Bens como ditto
tos escravos os seus Herdeiros
tor que ella petição e ditta
respondeu que seus filhos já
tinhão Idade por muito pas-
mado bom entendedor mil
vês, e que o que era Dé ella
Hora Dé Deixar o que queijose
e que fica tinha Retirado
dada Separação dos ditos
nos e que ao ella é quanto
ao [illegible] Disse mais a testa
munha que foi [illegible]

que pelo conhecimento que tem.
Dada criança Adelia mais elogia
as justificantes e regularidade de
pela sua idade julgou que
lo terá mais de atenta annos
fas que quando a conhecem
Adelia ella era as cinco filhas
gentias Acta mundo ellas
Leonilha pedia ter mais de
Dez annos, e mais não disseram
Thorpe pergentado, lida a sua
depoimento e achalo e com
Jnne assignou ella com a pedio
testemunha mas Sabia escre
ver assignou a seu rogo o
Tenente Coronel Antonio
Silverio Pedrosa com quem
as justificantes. E nada
Pais ellas mais vinou do assim
ao ver.

Concluso

Antonio Silverio de Souza
Escrivão Paz

Escritura

Ladislau filho da Silveira, idade
de trinta e quatro annos casado
natural desta Provincia mas
Morte na Freguezia de Rio
Grande, filho legitimo de
Leandro e Dona Antonia Ma

dos costumes Disse nada Costumas
nem jurou a dos Santos Evan
gelhos em cuja lhe foi lido que
foi lhe mais Disse nada
mais lhe Disse a Idade de que
sabe ser lhe foi perguntado
e sendo inquirido pelo Costumado
da parte Autora lhe Disse
Disse = Disse que conhece perfeita
mente a Autora sargenta Rosa
mulher que foi do falecido Costa
ça sargento Francisco morador
no Engenho de Rio Vermelho
no Lugar denominado Capivary
dessa Comarca e primeira
testemunha que lhe foi dada
Antonio Francisco de
Oliveira e Costa Manoel Cle
tino Duchardes e Costa que
primeiro é filho e segundo é
genro da Autora, e que
alem destes tem ella mais uma
filha chamada [illegible] que é casada
com José Duarte, e que pelas
suas ouvir dizer que ella Costa
tem os cinco annos a cuja
Declaração e alem destes
Costumas nada respondeu de sua
vida Disse ser mayor de vinte
e hum annos e que não parentes
tem alem Dutro interessado
nesta causa e nada

Manoel Pedrinha que tudo isto ouvio
e muito Verdade, que igualmente sabe que a Testemunha
Joaquina Rosa que vem para
os Autos tem sido testemunha para
se assignar como Testemunha
as Cartas de Liberdade das de
tas escravas que tinha falta
a presença do Juiz de Paz da
quella Freguezia para as passar
e assignar assaz Vellas, isto
depois de suas escravas, tudo
ella mesma sabe por ser ella
Testemunha em humas, e que
Testemunha vai ser chamada
Justificante, é Verdade ser
Lavrado isto que ella Testemu
nha disse, que ella tinha vis
to, e ouvido o que tem dito
nos, e que he Verdade, e tambem
sabe, haverá dois mezes que
ella Testemunha Pedia para assig
nar as Ditas Cartas, e não
quiz Testemunhar dizendo que foi boa
tal lugar, e tem Dependente
e ahuda Despesa assignar
por satisfazer assignando
ao Juiz, e Testemunhas. E
mandou Pedro Alves Vieira de
que fiz este termo.

Conceição

Recebido [illegible]

Quinta Testemunha

Chrodoaldo Rodrigues de Idade de
vinte e cinco anos cabeda natu
ral desta Freguezia e nella mo
ra Freguez de Boa Aguardente
que sendo deferido o Juramento
dos Santos Evangelhos
em hum livro delles em que
poz a sua mão Direita promet
teo dizer verdade do que
soubesse e lhe fosse perguntado
Perguntado pelo Contheudo da Petição que
Lhe foi lida disse que conhe
ce os Justificantes, e a Justi
ficada Rosina que
ainda é Donzella delle testemu
nha ser em grau muito remoto, que
é sua vizinha e moradora
pouco mais de hum quarto de legoa
Perguntado se sabe, ou presume
que cauza induzio os ditos Justi
ficantes Joaquim Ro
drigues e Manoel Antonio de
Oliveira a darem, esta Justifica
ção e disse, que o primeiro
he filho da Justificada e que
o segundo he genro
da dita mesma Justificada Rosina
Joze e Despondo Patrício Jose

Patrício Joaquim Ferreira e que
a mesma miscelania mais humilde
lhe subtrahia emquanto Deshumilde
lhe facilitava que fosse Casada
com seu Parente, bem Como todo
este negocio já dito que ao fim
de dez annos tomando principio
os cinco annos Segue Seu mui
Caro opticar, e com Deus mãi
Casada se Deus addicat debaixo
as Seguintes Declarações Segue
Seu mando, mas Como a mesma
mãi principal, assim Como todo o
referido mesmo Joaquim Ba
ptista principal augmentou os
seus cinco annos por que estan
do ella uma Dia Retirados aos
tres in com Dita Testemunha
veio ir Casando o mesmo
Do Juiz de Paz da quella Segue
Seu José Silveira Cantante, e de
Deus, e chegando este Diante
Do em com Dita testemunha a
hi fallaram Com a mesma ao
mesmo casamento ella Dita
mesma Joaquim não queria Casar
Tantamente a principio mas
na verdade queria Sete mezes
mais ou menos, mas Deus que
misericordioso a todos a dous os
Deus e entre Tratando Deus
Dito mesmo Juiz por os Casar

3

as certas de Letra[illegible] reforçam
q. Della esta falta de
Testemunhas para sim
as certas Cartas Vindo ella ne
nha as Cinco em nome dos
supridos cinco mezes, hum
Cap. Sabe que ella Sabia
a Christovão Ramos, e a
Gaetano José de Siqueira, hum
Constituimentos aprazamento
Cartas, e depois mais ato
tamente q. as justificadas
forão Bastantes Dezito dous
Letras annos ainnais, e que
nada disse em Contrario
tudo, Lido e tudo Reconhecido
verdade em fim aprazamento
feito testemunhas nas
Letras cinco aprazamento à seu
rogo Testemunhas Pedro da Costa
Cruz Escrivão das Justificações
Eu Cristal Pedro Alves
escrevi

Conferido
Joaquim Teixeira de Carvalho
Christino Pinto de Sá

13

Nº 11 200

Pg. 1$000 Reis

Mat. 19 de Mço

de 86

Pagou

IMPERIO DO BRAZIL.

PROVINCIA DE SANTA CATHARINA.

PROCURAÇÃO BASTANTE EM MÃO QUE FAZ em João Francisco de Oliveira e Coronel Antonio de Amedo ——— "

SAIBAM QUANTOS ESTE PUBLICO INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO BASTANTE virem, que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesuz Christo de mil oito centos e secenta e tres, aos desenove dias do mes de Março do dito anno, nesta Cidade do Desterro Capital da Provincia de Santa Catharina em meu Cartorio Comparecerão os outorgantes deste Instrumento ——— " reconhecidos pelos proprios de mim Tabellião e das testemunhas em presença das quaes por elles outorgantes me foi dito, que por este Instrumento, e na melhor forma de Direito, nomeia e constitue por seu bastante procurador nesta Cidade ao Advogado Alexandrino Francisco de Souza ——— "

a quem concede todos os poderes, que por direito lhe são permettidos, para que, em nome d'elles outorgantes como se presente fossem, possa tratar das Causas delles outorgantes o mais que necessario seja —

podendo substabellecer esta em quem lhe convier, e os substabellecidos em outros tendo por firme e valioso tudo quanto fizer seu procurador ou substabelecido a quem releva do encargo da saptisfação que o Direito outorga. E de como assim o disse do que dou fé, fiz este instrumento que lhe li, aceit ão ratificárão e assignárão com as duas testemunhas presentes, assignando a rogo do Outorgante João Fran-

Francisco de Oliveira por não
saber ler nem escrever Augusto
Cezar de Jesus, reconhecidos de
vista Leonardo Jorge de Campos
Tabellião interino que o subs-
crevo e assigno em publico e razo

Em fé de verdade

O Tab.m interino Leonardo Jorge de Campos

Augusto Cesar de Jesus

Manoel Antonio de Azevedo

Leolino José de Oliveira

Antonio Alves Ramos

Certifico que intimando Ana Alves
José Valente Pereira de comparecer
por duas vezes, e que deixou
Deixou de 19 de Março de 1903.-

Vidal Rodrigues

Conclusão

Aos vinte Dias do mez de Março de mil oito centos e sessenta e tres nesta Cidade do Desterro em meu Cartorio faço este auto concluso ao Juiz de Orphãos deste Termo eu escrivão. Eu Bacharel Pedro Moraes Escrivão de Orphãos o escrevi.

Sellados, e preparados o feitos.
Desterro 20 de Março de 1863

Conclusão

Data

Aos vinte Dias do mez de Março de mil oito centos e sessenta e tres nesta Cidade do Desterro em meu Cartorio faço este auto concluso ao Juiz de Orphãos deste Termo eu escrivão. Eu Bacharel Pedro Moraes Escrivão de Orphãos o escrevi

Fundada

Aos vinte Dias do mez Dezembro
de Dez mil oito cento e dezoito
annos nesta Cidade de Desterro
em a minha Caza Junto
todos a este auto Ordinario
por Deodiante ordem, e vista
em Camara Jaco este termo.
Eu Ricardo Pedro Alvares escrivão
de Ordenanças o escrivi

.....

Illmo Snr Juiz de Orphaõs

Diz em João Francisco de Oliveira, e Manoel Antonio de Azevedo, 1º filho e 2º genro da Viuva Joaquina Rosina moradora na Freg. do Rio Vermelho, que tendo hontem 19 do Corr. justificado neste Juizo que a ditta Viuva pertendia libertar cinco escravos que possue, e que com essas liberdades dava prejuizo as legitimas de seus filhos por muito pouco mais ou menos além dos ditos 12 alqueires afim de ser nomeado Curador na forma do Reg. Conta hoje aos Supp. que hontem mandou ella passar carta de liberdade a todos os ditos cinco escravos. Porque hum tal procedimento foi feito e praticado em desobediencia e desprezo ao que por ella ditto Juizo Mai e Progra do Supp. foi dito e citada para a dita inquirição das testemunhas da justificação e tendo passado depois disso as ditas Cartas de liberdade, Requer a V. Sa seja servido mandar juntar esta depois de feita a vista dos ditos autos de justificação para na Sentença que nelles quer proferir tomar a conta providencia a tal respeito, em ordem a não produzir effeito taes liberdades.

N. 100

P. Como requer
Bahia 20 de Março de 863
Lopes

Por Mce
Pelo Dor Juiz de Orphaõs
Destro 20 de Março 1863 Martinho Tavares de M.

Estes autos vão
Sello Fixo De 2$
Com a seguinte nota
Dentro 20 de Abril
De 1863. O Escr.

Andrade

Nº 3 1.ºno

Por ser o documento que
Mandou Dezembro de 1863

Lopes Sousa

Conclusão.

Aos vinte dias do mez de
Abril de mil oitocentos sessenta
e tres annos nesta Cidade
do Desterro, em meu
Cartorio, fiz estes autos
conclusos ao Juiz Municipal
Supplente Cirilo Antonio
Pinheiro e Cidade Estevão
Antonio Nascimento, e para
os constar fiz este termo.
Eu Escrivão Pedro Alexandrino
Corrêa de Oliveira o escrevi

Cirilo Antonio

Visto o Autor ter Juiz provado da duvida na pi-
ta da inicial a f. 2, em vista do documento junto
tendo, Em vista da mesma prova, mandou
lugar a Citação requerida, por quanto a Re
se pretender a nave Joaquina Augusto Tributar
a renovação da Matrícula não constitue
alteração, ou augmento, ou mal uso de outro

causas que dão lugar a tutoria da viuva de
Sepadora, segundo a Ord. L. 4.º T. 102 pelo contrario
este facto é um acto de liberdade, garantido
pelo direito, e do qual só poderia a justificante
ser privada se estivesse tolhida da administração
de seus bens, o que se não prova, nem pelo
contrario a 1ª testemunha declara que a Supp.te a
pesar de sua avançada idade se sabe governar, nem
nenhuma das outras testemunhas declara q.e ella não se
acha em uso de suas faculdades intellectuaes. Em nem procede
a razão de prejuizo da legitima da Supp.te, pois que
é falso o principio de que as herdeiras deja
divida legitima alguma certa antes da morte
dos paes, quem deve ou deve pode somente
pedir em acção que se abre a sua morte e por
conseguinte se mostrão direitos que até então
não pertencem, de nova esperança. Nenhuma
providencia de a tomar se por parte da justificante
sobre as liberdades compradas como se prova
na petição de f. 15, nem a Supp.te de seus direitos
e acções, e pagará as custas.

Ratino 17 de Abril de 1863

O Tabellião Antonio Fabricio

Data

Aos trinta dias do mez de Março
de mil oitocentos e sessenta e tres nesta
cidade de Natal em meu cartorio por parte do
juiz de orphãos foi publicada
a sentença supra, e eu Tabellião escrevi
o termo de conclusão, que foi
assignado com as testemunhas
presentes. Eu

3

com a sua sentença retro, hou-
vida a sua publicação na mesma
audiencia, do que para constar fa-
ço este termo. Eu Vidal Pe-
dro Moraes escrivão de Direito o
escrevi.

Conteúdo em audiencia de Direito
abaixo assignado, foi presente mim
o autuança vista ao supplicante
Tenente José Francisco de Oliveira e che-
mado chamou do Direito supplica-
do, e seu procurador - Advogado
Bacharel Francisco Victorino, sendo
admitido por carta, o supplicante
Dr. Joaquim Pereira Lopes. Deu-
Feito 31 de Março de 1863

Vidal Pedro Moraes

Por P. Costa
e mesmo Vidal

Apagou-se a de-
manda de tres
tres centos e pagou de
Custas de 100 réis

Vidal

$ 100 réis

Sg. Deu vai
Porto 6 de Abril de 63
Sgt Lima

Junta

Aos dois Dias do mez Outubro
Do mil oito centos e trinta e tres
nesta Cidade do Desterro em ca-
sa do Cartorio Jaz junta Dita a
estes autos Os Juizes de Paz Juiz
Juramentado Joaõ Duarte Silveira e Escri-
vaõ Manoel Antonio Duarte Silveira, aqui
Jaz compareceo Antonio Jozé Teixeira
Jaz Constar Jaz este termo
mo. Eu Cidal Pedro Moraes
escrivaõ De Orphaõs escrevi

Illm.e Snr. Juiz Municipal e Orfãos.

João d'Oliveira e Manoel Antonio de Azevedo, Fr.es e genro de Joaquina Rosina, viuva, morado[r] no Rio Vermelho; tendo sido intimados hontem 31 de Março da Sentença por V.S. proferida nos Autos de justificação para curadoria á d.a sua mãi e sogra, regando sob-falsos fundamentos a curadoria pedida, querem haver vista dos Autos p.a embs.os á d.a sentença porter para isso relevante materia de direito. Porisso requerem a V.S. seja servido conceder-lhes a vista pedida, em q.to que juntando o Escrivão esta aos Autos vão com vista a seo procurador.

Como requer.
Dita 1.a de Abril
de 1863
Gonçalves

P. a V.S. lhes defira, no que.

R. R. Mce.

O Pr.or das Supp.s
Antonio Fran.co de Sa

Vasta

Aos vinte Dias do mez de Abril
de mil oito centos e Sessenta e tres
nesta Cidade do Pastozo em mi-
-nha Caza Foro vistos autos Citados
ao Reo o Alferes Francisco
de Sousa, e para constar, dejo-
-de Sousa Juramentado dos Testimu-
-nhas, Joaz Francisco de Oliveira
e Manoel Antonio de Abreu,
e para constar foro este autos
Conclusos, foro este termo. Eu
Cidade Pedro Oliveira escrivão o
escrivão.

Com o Inst.to em papel
separado.

Escrivão

Pasto

e Vinte Dias do mez de
em Appio

Por Embos da injusta sentença de fls 15 a 16, dizemos Justificantes João Francisco de Oliveira, e Manoel Antonio d'Azevedo, nesta e melhor forma de direito, o seguinte.

Esclo.

1º

Que a dita sentença é não só notoriamente injusta, como tambem manifestamente nulla P. ser contraria a direito expresso, e em manifesta contradição com seus proprios fundamentos: notoriamente injusta por ser contraria a prova dos Autos reconhecida pela mesma sentença, e o direito dos Justificantes; manifestamente nulla por ser contraria ao direi expressa. Ord. do Lº 4º tit 10 §; contradictoria com seus proprios fundamentos P. reconhece que dando-se o caso de alheação, desbaratamento, então não ha bens, tem logar a providencia requerida e ordenada na citada Ord., e logo depois nega aos herdos esse direito, dizendo que durante a vida do pai ou mãi os filhos não tem herança certa e que só por morte dos paes ou mães é que os fos tem direito a pedir aquillo que o pai ou mãe, não deo ou não extraviou!!!!

2º

Que a dita sentença e seos insustentaveis fundamentos, não só estão em manifesta oppozição á supra citada Ord., como a todas a leis e regras relativas á ma-

cessão legitima, que proibem que os paes prejudiquem com doações e alheações injustas as legitimas dos filhos, e que não permitem aos paes dispôrem mais de suas terças.

3º

Que tambem é insustentavel e contra direito expresso a parte da Sentença embargada em que diz que a mãe e sogra dos Justificantes póde libertar todos os seos Escravos, (embora desherede seos filhos) por não estar provada a Sentença da extinção de seos bens, e servido um acto de liberalidade favorecido pelo direito, pois que se os paes não podem prejudicar a legitima dos filhos com doações e alheações injustas e lesivas, sendo a concessão de liberdade uma doação em todo o rigor de direito, não se pode com direito sustentar que os paes possão libertar todos seos Escravos, em boa não tendão outros bens, e deshereda assim seos filhos; como no caso presente, que se allegou e provou que a Justificada, que não nada mais possue a lem dos ditos Escravos.

4º

Que sendo os Escravos cousas e não pessoas, e por consequencia bens, e que fazem parte do nosso patrimonio, fazem por isso mesmo parte da herança de nossos filhos; não podem os paes libertalos em prejuizo dessa herança.

5º

Que ainda por in concussa a douttrina da sentença, não se ficarião annullados e sem

prestimo a Ord. do Liv. 4º tit. 107. como as outras ordd. e leis que garantem as legitimas dos filhos, e ordenação que os paes não possão fazer doações a bem do valor de mais 3as

6º

Que em vista do exposto, é evidente que a sentença embargada é não só injusta como nulla por estar em diametral opposição á lei expressa; e que como tal não passa em julgado, não se diz verdadeira sentença, não produz effeito valido, e a todo o tempo pode oppor-se contra ella, como diz Pereir. e Souz. Liv. 2 Civ. nota 880.

Nestes termos, os presentes embargos devem ser recebidos e julgados provados in limine, por sua materia consistente em direito e provada dos Autos, pª effeito de ser reformada a sentença embargada, e ser deferida a petição fls. 2; no que se fará recta e inteira Justiça.

Egua 7 de Os. P. P. N. N.

P. R. e C. de J.

O Procurador dos Justificantes

Embargados

Antonio Franco de Sá

Prata

Aos vinte e nove Dias do mez
de Maio Digo do mez de Abril
de mil oito centos e dezasete
annos nesta Cidade do Desterro
em o meu Cartorio por parte
do Reverendo Eleuterio Fran-
cisco de Sam Payo me entregarão os
justificantes João Francisco de
Oliveira e Manoel Antonio de
Freitas e me forão entregues
estes autos Com os embargos ne-
los, do que para Constar faço
este termo. Eu Cândal Pedro
Moraes escrivão de Orphãos o
escrevi

Cancelem

Aos dois Dias do mez de Junho
de mil oito centos e dezasete
annos nesta Cidade do Desterro
em o meu Cartorio Faço este
autos Cancelem ao juiz de Or-
phãos Supplente Digo Terceiro
Supplente em exercicio o Cida-
dão Antonio Francisco de Ta-
vares, do que para Constar Faço
este termo. Eu Cândal Pedro
Moraes escrivão de Orphãos
o escrevi

Vista ás partes. Desterro 2 de Junho de 1863.

Faria

Data

Aos Doze Dias do mez de Junho de mil oito centos e Sessenta e tres nesta Cidade de Caxias em caza das Audiencias do juiz de Orphãos Tenente Supplente em exercicio o Cidadão Antonio Francisco Bastos a quem eu escrevente abaixo nomeado fui vindo este ahi pelo dito juiz entregues estes autos com o seu Despacho retro; e para constar faço este termo. Eu Vicidal Pedro Moraes escrevi o de Orphãos que o escrevi

Certifico eu escrevente do Orphãos abaixo assignado, que intimei o Despacho retro do Sargento Reformado nelle [illegible] e Gedeão Caetano. Caxias 15 de Junho de 1863.

Vicidal Pedro Moraes

Pague-se [illegible] de Junho
Cidade supra e Lima

Gedeão

Nº 16 200
Pagou o emolumento [illegible]
Caxias 16 de Dº de 1864
Lima
Gedeão

Juntada

Aos [illegible] dias do mez de
Outubro de mil oito centos
e [illegible] e quatro annos em cu-
tiz Foro Juntada a autos antes
de [illegible] que da deante vai
que Eu Vidal Pedro Moraes
escrivão escrevi.

Illm.o Snr. Doutor Juiz dos Orfaõs

Nº 8

Recebido hoje 18 de Outubro de 1864

Leyva

Diz Manoel Antonio d'Azevedo, morador em Pinheiros Grandes, termo da Commarca de S. Miguel desta Provincia que tendo comsigo Conhado João Pinto de Oliveira morador na Freguezia do Rio Vermelho, requerido a nomeação de Curador á sua Sogra Joaquina Rosina moradora na mesma Freguezia por achar-se esta comprehendida na disposição da Ordenação do Liv.º 4.º Tit. 107, e tendo appellado, álias, e tendo embargado da sentença que o contrario julgou vem pela presente dizer-lhe dos ditos embargos e de sua pretenção; e requer a V.S.ª seja servido mandar que junta esta aos respectivos autos se tome por termo a sua dezistencia e se julgue por sentença, pagando o Supp.e as custas que lhe pertencerem pagar; por tanto:

Como Procurador,

18 de Outubro de 1864

Lavrament.to P. a V.S.ª lhe deferir, no gr.e

E. R. M.ce

Manoel Antonio de Azevedo

Termo de Escritura que faz
Manuel Antonio de Azevedo

Aos quatro dias do mez de Outubro de mil oito centos e sessenta e quatro nesta Cidade de Santos no meu Cartorio compareceu Manuel Antonio de Azevedo e por elle foi dito que de sua parte Acceita a escritura de Quitação retro, que com a sua petição retro, que tem sido lida e Jurando por Deus Nosso Senhor, e por estes Santos Evangelhos, de que estou de Ordem, Disse estar livre e desembaraçado de todo o Dote e Arras que recebeu de seu Pai Manuel Antonio de Azevedo, e que nada mais tem a haver, e nem a pedir, e que por isso dá a mesma por quite e livre para sempre, e assim o disse e de tudo dou fé. Eu Antonio Gomes de Azevedo Escrivão de Orphãos o escrevi.

Manoel Antonio de Azevedo
João Ramos Vidal
João Antonio Gomes

Reconhecimento

Reconheço a letra e assignatura de João Ramos Vidal e de João Antonio Gomes. Santos 4 de Outubro de 1864. Em testemunho de verdade.

Reconhecimento

Reconheço a letra e assignatura de Manuel Antonio de Azevedo

Conclusão

Aos Quinze Dias Do mez De Outubro De mil oito centos e quarenta
quatro nesta Cidade de Ouro
Preto em Casas de Sobrados
Em que Costuma Fazer
Seus Actos Concluzos o Juiz de
Orphãos o Doutor Joaquim Cae
tano Pereira e Sousa Lemmonte, e Eu Escrivão Perci
val Pedro Ferreira Escrevi Este Concluzos e Eu
Ouvidor Orphãos o Escrivão

Cl. ut 1$000

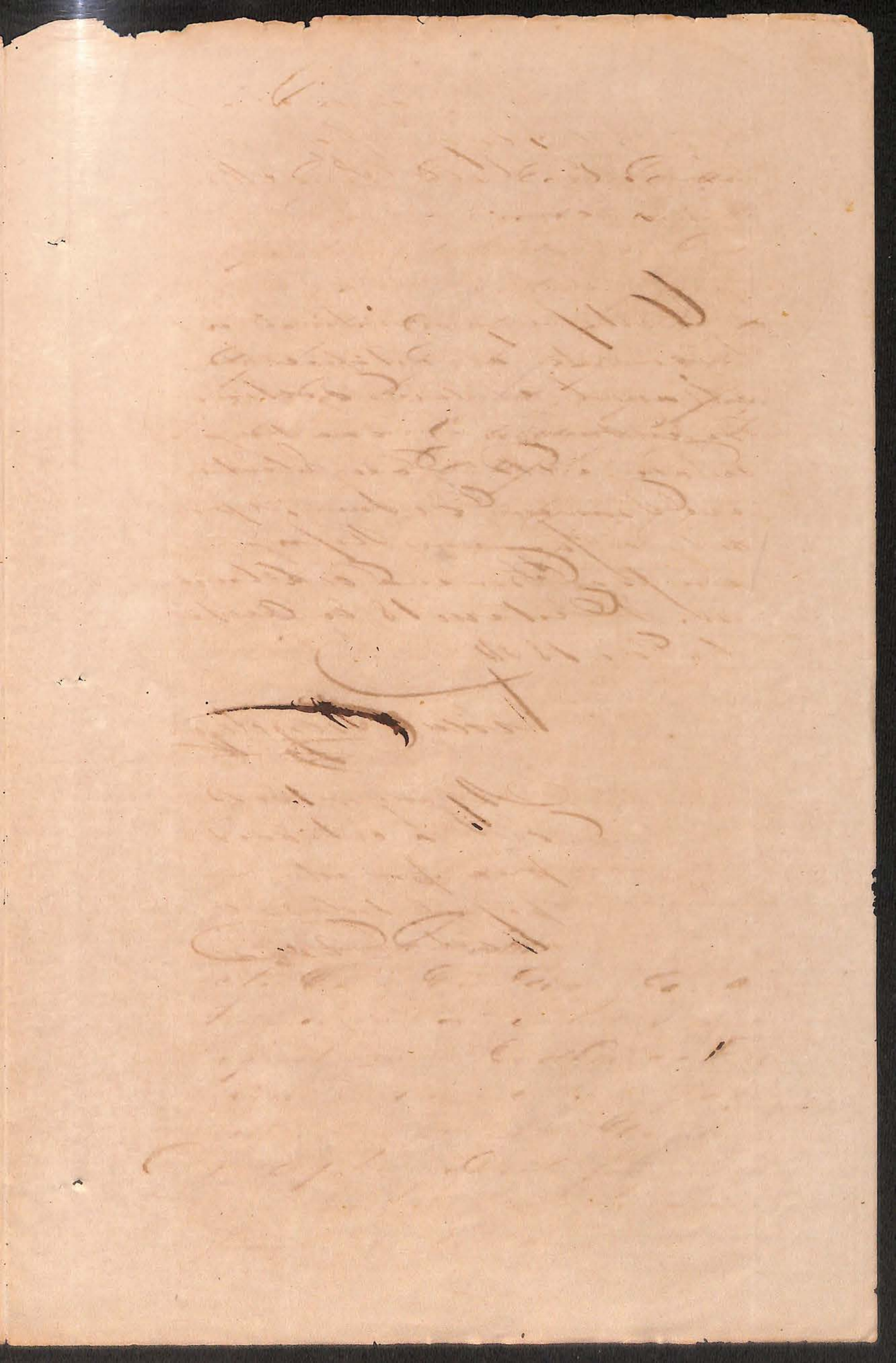
Julgo por sentença a Desistencia de fls
nos retos, feita pelo Supplicante Ma
noel Antonio de Oliveira, e pago
o direito da Custa dos autos que
forão contados, at fls 21, e as que
se contarem de ordem de fls 21 por
sentença. Ouro Preto, 18 de Outubro
de 1844. Joaquim Cayt.o Pereira e Sousa

Publicação

Aos Quinze Dias Do mez De Outubro de mil oito centos e quarenta
quatro nesta Cidade de Ouro
Preto em Casas de Sobrados
Em que Costuma Fazer
Seus actos Dejo por parte do Juiz
de Orphãos o Doutor Joaquim Cae
tano de Lemmonte de que
Faço este termo em que

entregues estes autos ao [illegible]
[illegible] do que para este
termo. Eu [illegible] Pedro Moraes
[illegible] escrivão.

Autos que entre si entre
[illegible] e outros partes
[illegible] Autos de Ação de
[illegible] Auto. e por
[illegible] a Juiz Auto Reforma
[illegible] Pedro Moraes
[illegible] Auto 18 de Auto
[illegible] 1811

[illegible]

Apresentados
[illegible] a entidade
[illegible] foram estes
[illegible] [illegible] a
[illegible]